

O caótico cenário brasileiro



Por **LUCIANO ALENCAR BARROS***

As consequências de seis anos de governos de direita no poder

Em um ano de uma eleição que pode (ou não!) reverter o balanço de poder no Brasil em prol de um governo de centro-esquerda, o país vive um cenário de desastre, com destruição ambiental, estagnação econômica, aumento da inflação, concentração de renda e deterioração de diversos indicadores sociais. Esse é o legado nefasto de quase seis anos de governos de direita no poder.

Segundo dados do INPE, quase mil quilômetros quadrados da Amazônia foram desmatados apenas no primeiro trimestre de 2022, [maior valor para o período da série histórica recente](#). O país acumula desastres ambientais e notícias negativas sobre meio ambiente são recorrentes na mídia, como em relação ao garimpo ilegal nos últimos meses. Isso sem falar do assustador avanço da agenda (e das ações) anti-indígenas. Essa devastação ambiental e o desrespeito pelos povos originários em tese ocorreria em prol do crescimento econômico, o que não condiz com a realidade.

Caso se confirme a [previsão do IPEA de crescimento do produto brasileiro de 1,1% em 2022](#), o país terá crescido cerca de 6% desde 2017, primeiro ano inteiro de governo Temer. Esse número, que já é extremamente baixo para uma economia emergente, torna-se ainda mais preocupante quando se tem em conta o tombo de quase 7% que o nível de atividade sofreu entre 2015 e 2016. Assim, mantida a taxa de crescimento de 1%, o Brasil só voltará em 2024 ao nível de produto real observado dez anos antes!

Além da estagnação econômica o Brasil vem passando por um forte processo de concentração de renda, com tendência de queda na parcela do produto interno bruto destinada à classe trabalhadora desde 2016, ano do golpe parlamentar. Some-se a isso a inflação na casa dos dois dígitos, e pode-se começar a compreender o catastrófico cenário brasileiro.

Vale notar que, ainda que a crise pandêmica tenha contribuído para essa situação caótica, o processo de estagnação econômica e concentração de renda a precede. Mesmo antes do advento da pandemia, centenas de milhares de pessoas já tinham sido jogadas na miséria, e [o país voltava ao mapa da fome](#). E a situação só vem piorando, de modo que a insegurança alimentar atinge hoje mais da metade da população.

É claro que o governo do Partido dos Trabalhadores tem sua parcela de responsabilidade no atual cenário. A depressão iniciada em 2015 decorre basicamente de erros de política econômica, fato que, aliado à ausência de reformas estruturais e ao afastamento das bases de apoio (na ilusão de se governar apenas com o andar de cima), possibilitou o impeachment de 2016 e a ascensão de governos de direita. Mas, uma vez decorridos quase seis anos da inflexão política, não é possível mais culpar o PT por tudo.

É sempre bom ter em mente que, em momentos de baixo desemprego (que chegou a ser menor que 5% em 2014), é de interesse da classe capitalista frear a economia para gerar desemprego e conter salários. Este fato ajuda a explicar a pauta de austeridade introduzida na última década. E como um vício que busca alento no próprio vício, a austeridade contribui para a desaceleração econômica, usada como justificativa para aprofundamento das políticas de austeridade, em um processo que se retroalimenta.

A própria estagnação econômica também é estopim para a introdução de mudanças institucionais que a aprofundam, como as reformas trabalhista e da previdência, vendidas como os remédios amargos para a crise. Tais reformas retiram direitos e intensificam a concentração de renda, diminuindo o poder de compra da classe trabalhadora que tem maior propensão a

gastar, contribuindo para a estagnação.

Mas toda redistribuição tem ganhadores e perdedores. Enquanto a população vive às minguas, o andar de cima ganha, de modo que a classe capitalista vem aumentando suas taxas de lucro e sua fatia da renda nacional. Talvez o exemplo mais gritante venha da Petrobrás: enquanto a empresa distribuiu mais de 100 bilhões em lucros e dividendos em 2021, a parcela mais vulnerável da população voltou a cozinhar com fogão a lenha, dada a disparada dos preços dos combustíveis. E muitas vezes não tem nem o que cozinhar.

A conclusão óbvia a que se deve chegar é que a destruição econômica e ambiental observada nos últimos anos – com seus reflexos no esgarçamento do tecido social brasileiro – é o inegável legado dos últimos seis anos de governos de direita. A questão é até onde irá esse processo, ou se as eleições do fim do ano colocarão um freio nele. E se uma eventual renovação política permitirá que o país reoriente seu caminho rumo ao crescimento econômico sustentável com redistribuição de renda.

***Luciano Alencar Barros** é doutorando no Instituto de Economia da UFRJ.